

CONTABILIDADE CONTEMPORÂNEA APLICADA



ANA CAROLINA VASCONCELOS COLARES
(Organizadora)

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizadora

Ana Carolina Vasconcelos Colares

Capa

AYA Editora

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza
Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. Carlos López Noriega
Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica -
Poli - USP
Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva
Centro Universitário FACEX
Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis
Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig
Universidade Federal do Paraná
Prof.º Dr. Gilberto Zammar
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso
Universidade de Santa Cruz do Sul
Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. João Luiz Kowaleski
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.º Me. Jorge Soistak
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Me. José Henrique de Goes
Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim
Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino
Superior dos Campos Gerais
Prof.ª Ma. Lucimara Glap
Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues
Universidade Norte do Paraná
Prof.º Dr. Marcos Pereira dos Santos
Faculdade Rachel de Queiroz
Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda
Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Instituto Federal do Acre
Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail
Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais
Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares
Universidade Federal do Piauí
Prof.ª Ma. Sílvia Apª Medeiros Rodrigues
Faculdade Sagrada Família
Prof.ª Dr.ª Sílvia Gaia
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues
Instituto Federal de Santa Catarina

© 2021 - AYA Editora - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (CC BY 4.0). As ilustrações e demais informações contidas desta obra são integralmente de responsabilidade de seus autores.

C759 Contabilidade contemporânea aplicada. / Ana Carolina Vasconcelos Colares (organizadora). -- Ponta Grossa: Aya, 2021. 196 p. -- ISBN:978-65-88580-40-0

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

DOI 10.47573/aya.88580.2.28

1. Contabilidade. I. Colares, Ana Carolina Vasconcelos. II. Título

CDD: 657

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos
e Editora EIRELI

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação 9

01

**Business process outsourcing financeiro:
Um estudo na administração pública
indireta em Minas Gerais..... 11**

Eduardo Araújo Costa

José Wanderley Novato Silva

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.1

02

**Contabilidade digital: os desafios
do profissional contador na era
tecnológica..... 29**

Natália Cristina Lourenço Braga

Ana Carolina Vasconcelos Colares

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.2

03

**Avaliação de conformidade do disclosure
à ótica das ICPC 01 e 17: análise
das demonstrações financeiras da
concessionária de iluminação pública de
Belo Horizonte..... 47**

Maria Clara Ferreira Cruz

Ana Carolina Vasconcelos Colares

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.3

04

Análise dos apontamentos do PCAOB nos relatórios de inspeção das firmas de auditoria brasileiras..... 65

Marlon Freire Ramos

Gilberto Galinkin

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.4

05

Inserção do jovem no mercado de trabalho contábil..... 83

Daniel Calvano Sanches

Fabiana Costa Marques

Luiz Antonio Marcelino

Melissa Bleme Policarpo de Azevedo

Josmária Lima Ribeiro de Oliveira

Ana Tereza Lanna Figueiredo

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.5

06

A contabilidade e o mercado de trabalho: uma análise do perfil dos técnicos em contabilidade..... 99

Josmária Lima Ribeiro de Oliveira

Adalberto Jose da Silva

Aline Dayanne da Lomba

Angela da Silva Estevão

Claudia Cavalli

Flavio Souza Guimaraes

Isabela Neres Brito

Josiane Alves Ramos Rocha

Laercio Hambruck Rosa

Marco Aurélio de Oliveira

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.6

07

O impacto econômico e financeiro da COVID-19 no setor educacional privado em empresas listadas na B3 117

Mario da Silva Alves

Ana Carolina Vasconcelos Colares

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.7

08

Os impactos da pandemia do COVID-19 nas micro e pequenas empresas brasileiras..... 135

Lavínia Francisca Adriana da Silva

Othon Pereira de Mello

Roanjali Auxiliadora Gonçalves Salviano Araújo

Amaro da Silva Junior

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.8

09

Distribuição de lucros aos acionistas e os reflexos tributários em companhias listadas na B3 153

Ana Carolina Vasconcelos Colares

Daniela Ribeiro de Andrade

Luana Campos Ricchetti Lyra

Tamiris de Oliveira Rocha

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.9

10

Subvenções governamentais e capitalismo de laços na área da saúde.....171

Amilson Carlos Zanetti

Josmária Lima Ribeiro de Oliveira

Vanessa Freitas de Oliveira

Elaine Nunes Pinheiro Martins

Felipe Gustavo de Brito Couto

Isabella Lott Bezerra

Mauricio Alves da Silva

Valtencir Natal Pereira

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.10

Organizadora 189

Índice Remissivo 190

Apresentação

Quando se fala em mundo contemporâneo, estamos tratando sobre o atual contexto em que vivemos, e na área contábil isso implica em uma série de mudanças ocorridas nos últimos anos e que impactaram essa área do conhecimento ampliando o mercado e possibilitando atuação mais estratégica dos profissionais que nela atuam.

Traçando uma linha do tempo nesse contexto, temos três marcos importantes a destacar. Primeiramente, o surgimento do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e a Nota Fiscal Eletrônica no final da década dos anos 2000, quando houve uma substituição gradual do papel pelo meio eletrônico como suporte das informações que garantem o cumprimento das obrigações acessórias. Essa revolução digital possibilitou que o trabalho de fiscalização se tornasse mais preciso e rápido, enquanto que os empresários poderiam se dedicar mais ao negócio, sem perder tempo com burocracia e com a utilização de arquivamentos em papel.

No segundo momento, no início da década dos anos 2010, houve o processo de convergência das normas contábeis ao padrão internacional, o que possibilitou o aumento da comparabilidade e fidedignidade das informações contábeis, tornando a contabilidade uma referência fundamental na globalização dos mercados. As premissas adotadas no novo arcabouço normativo contábil se tornaram mais subjetivas e sujeitas à julgamento por parte de quem reporta as informações, mas, por outro lado, essa subjetividade possibilitou que a visão contábil se tornasse mais próxima da realidade econômica das entidades que reportam a informação. Deste modo, além de aumentar a comparabilidade a nível internacional, a contabilidade se tornou uma fonte de informações cada vez mais relevante e capaz de influenciar as decisões de investimentos do diversos stakeholders.

Por fim, caminhando para a década dos anos 2020, o conceito de Big Data se tornou mais conhecido e ganhou espaço na contabilidade. Big Data é o nome dado para o grande volume de dados que são difíceis de processar usando as técnicas tradicionais de banco de dados e software. No entanto, com o tratamento adequado, esses dados são usados para revelar padrões e tendências de mercado transformando a maneira como as decisões de negócios são tomadas. Desta forma, por terem uma origem na contabilidade, os dados são usados por contadores para fornecer relatórios financeiros, avaliar e gerenciar riscos, medir o desempenho e gerar inteligência empresarial, também conhecida por Business Intelligence.

Com a chegada da Pandemia do Covid-19 em 2020, percebemos que não houve impacto significativo para a contabilidade e toda a adaptação para o home office ocorreu de forma tranquila e natural. Os maiores desafios encontrados foram o volume de trabalho adicional em razão do aumento de orientações, ocasionado pela grande quantidade de novas legislações e decretos durante o período de pandemia, e, a continuidade dos negócios dos clientes dos escritórios de contabilidade por causa das restrições impostas pelo isolamento social.

Diante do contexto apresentado, percebe-se que é de extrema relevância a inserção de questões que englobam aspectos contemporâneos na contabilidade, entendendo ainda que a contabilidade aplicada envolve a visão empírica de sua atuação em diferentes tipos de entidades e setores econômicos. Desta forma, essa coletânea de artigos aborda estudos diversos relacionados com a con-

tabilidade digital, auditoria, disclosure contábil, mercado de trabalho da contabilidade, reflexos econômico-financeiros da pandemia e outros temas relevantes.

Pretende-se com esta publicação fomentar a reflexão sobre os novos rumos da contabilidade, bem como as diferentes metodologias de pesquisa aplicáveis, para que novos estudos sejam desenvolvidos contribuindo para o entendimento da relevância da contabilidade para o mercado e a economia global. Desejo a você uma ótima leitura!

Ana Carolina Vasconcelos Colares

Subvenções governamentais e capitalismo de laços na área da saúde

Government subsidies and capitalism of ties in the health area

Amilson Carlos Zanetti

Mestre em Engenharia de Produção
amilson@pucminas.br

Josmária Lima Ribeiro de Oliveira

Doutora em Ciência da Informação
josmaria@pucminas.br

Vanessa Freitas de Oliveira

Bacharel em Ciências Contábeis
oliveira.vanessa@gmail.com

Elaine Nunes Pinheiro Martins

Bacharel em Ciências Contábeis
lanenunes@yahoo.com.br

Felipe Gustavo de Brito Couto

Bacharel em Ciências Contábeis
felipegcouto@gmail.com

Isabella Lott Bezerra

Bacharel em Ciências Contábeis
isabellalott@gmail.com

Mauricio Alves da Silva

Bacharel em Ciências Contábeis
mas.mauricioalves@yahoo.com.br

Valtencir Natal Pereira

Bacharel em Ciências Contábeis
vnpereira@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo oferece uma abordagem de economia política cultural aos esforços para fazer avançar o capitalismo de laços como uma estratégia específica de gestão de crise em resposta à ausência ou dificuldade de atuar do Estado na área da Saúde, através de análise de dados econômico-financeiras de diversas companhias de capital aberto que atuam na área da saúde que foram disponibilizados aos investidores. Três pontos principais são apresentados, tanto como formas de enquadramento quanto de resolução da crise. Podemos dizer em primeiro lugar que o capitalismo de laços na área da saúde talvez não existisse se o Estado tivesse a capacidade de atuar para a população naquilo que lhe é pertinente e, pela sua deficiência ou mesmo ausência de atuação, na área da saúde permite com que o governo incentive a atuação privada através de benefícios fiscais ou financeiros ou mesmo delegue responsabilidade nesta área. O segundo ponto que trataremos é que o tema capitalismo de laços na sua grande maioria quando discutido estabelece muitas vezes uma relação negativa entre o setor privado e o setor público, que resulta na criação de monopólios com grande poder econômico, influentes e favorecidos pelo governo, o que os torna cada vez mais fortes. Em por final, podemos citar que quase toda discussão relacionada ao tema fica difícil a discussão não enveredar para o lado político.

Palavras-chave: capitalismo de laços. BNDES. subvenção.

Abstract

This paper refers to cultural political economy, evaluating government subsidies released by nineteen companies in the health sector traded on B3 (official stock exchange in Brazil), and also, analyzing “capitalism of ties” as one of the strategies of response to the absence or difficulty of the State in the area of Health. Through the analysis of economic and financial data, in view of the extraction of information from the Financial Statements, for the year ended in December 31, 2019, three points were considered: first, the capitalism of ties might not exist if the State had the capacity to act with the population in what is relevant to it and, due to its deficiency or even lack of performance, it allows the government to encourage private action with fiscal or financial benefits, or even delegate responsibility in this area; secondly, discussions about bond capitalism generally focus on a negative relationship between the private and public sectors, resulting in the creation of monopolies with great economic power, influent and favored by the government, which makes them increasingly stronger; and the third, it can be mentioned that the discussion related to the subject capitalism of ties is usually conducted to political, economic and social discussions. As a result of the work, it was observed the existence of capitalism of ties in the corporate structures of organizations, as well as the disclosure of government subsidies in a portion of the companies studied, in addition to the Government's continuous commercial relations with companies.

Keywords: government subsidies; capitalismo of ties; disclosure accountin

INTRODUÇÃO

Este artigo discorre sobre algumas ponderações sobre as contradições das iniciativas de capitalismo de laços na área da saúde, oferecendo uma perspectiva de economia política cultural sobre as lutas pela hegemonia. Ele faz investigando os dados de diversas empresas de capital aberto no mercado brasileiro com o objetivo do entendimento do capitalismo de laços na área da saúde. Ao avaliar as empresas, o texto conclui que essas práticas complexas não podem ser definidas simplesmente como socializando a economia ou economizando o social. Em vez disso, mostra que os elementos de cada empresa em particular está em uma área de atuação.

Os incentivos fiscais e financeiro no mercado brasileiro, especificamente na área da saúde, podem ser descritos como um conjunto de políticas que abrem novas oportunidades de investimento econômico que geram tanto retornos financeiros quanto benefícios sociais concretos.

Muitas vezes o Estado se utiliza de uma política monetária para basicamente mobilizar capital privado para o bem público. De forma simples, o Estado atrai recursos não governamentais para financiar serviços públicos e permitir que os investidores contribuam positivamente para o “bem social”. O financiamento inicial de investidores não governamentais deve preencher uma lacuna de financiamento público em um momento de restrição de atuação do Estado. Diz-se que esse mecanismo transfere o risco do setor público para o setor privado.

Podemos dizer que quando existe monopólio de mercado que é o poder econômico concentrado nas mãos de poucas empresas, a economia classifica esse fato como um sério problema, pois gera ineficiência no mercado em decorrência de preços excessivamente altos quando comparados aos que possuem maior concorrência. Todos sabem que na presença da concorrência, a tendência de qualquer empresa é melhorar o serviço e baixar os preços, o que é melhor para todos.

O capitalismo de laços é uma condição em que existe concentração econômica e política e que, no Brasil, perdura desde o início de sua história. Muitos defendem que a função do governo é servir à população, mas quanto mais capturado estiver pelo setor privado e quanto mais atende a grupos de interesses, deixa a parcela menos favorecida da população de lado.

Outro ponto de vista que deve ser analisado é que o capitalismo de laços deve ser combatido, até para reduzir a corrupção, acrescentando que é preciso haver agências com poder e independência de governos e de empresas para regular fusões e aquisições empresariais e, ainda, qualquer ação que provoque o aumento da concentração de mercado.

Política como terreno estratégico no capitalismo de laços na área da saúde

O papel do Estado no capitalismo de laços na área da saúde quase sempre pode ser classificado como uma perspectiva de economia política cultural, o Estado molda os contornos, formas, normas, procedimentos e práticas, economia, relações da sociedade são entendidos como uma política híbrida que combina valores, normas e práticas sociais preferenciais múltiplas e concorrentes. Não são analisados como uma política única, principalmente pois temos tais políticas nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

O Estado estimula o investimento por meio de incentivos econômicos. A economia, através do Estado, permite o desenvolvimento de mecanismos de mercado para alavancar, mobilizar ou aproveitar o capital privado para bens públicos. As autoridades públicas incentivariam o investimento

privado, financiando projetos e empresas na área da saúde, otimizando esforços para criar oportunidades de negócios lucrativas e acessando fundos externos por meio de parcerias público-privadas para que isso aconteça. Muitas das vezes, o Estado, opta por preencher essas lacunas financeiras por meio de subsídios públicos, em vez de reavaliar ou suspender políticas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Souza *et al.* (2018) pesquisaram sobre o cumprimento do CPC 07, que trata da subvenção e assistência governamental, o qual determina a evidenciação do subsídio recebido da esfera federal, estadual e municipal. Assim, o campo de estudo desta pesquisa delimitou-se às empresas que se beneficiaram de recursos da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos.

Os dados das organizações receptoras destes recursos, foram extraídos do próprio site da FINEP, e destes, foram listadas as organizações de capital aberto, que por determinação da Lei, são obrigadas a publicar suas demonstrações contábeis e financeiras. Conforme o estudo, 71,2% das empresas analisadas, evidenciou de alguma forma o recebimento da subvenção e assistência governamental, assim 28,8% não explicitaram este recebimento, porém realizaram citação direta do CPC 07. A maior parte evidenciada destes subsídios ocorreu por meio da redução do valor de pagamento do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ.

Por fim, em relação ao cumprimento dos itens nas demonstrações recomendados pelo CPC 07, observou-se que no período de 2008 a 2009, em média 11,3% das empresas analisadas cumpriram todos os itens, quanto ao período de 2010 a 2015, a média foi de 32,6% das organizações, sendo que apenas uma empresa relacionou à subvenção e assistência governamental recebida pela FINEP.

Benetti *et al.* (2014) estudaram sobre a evidenciação das subvenções e assistências governamentais – SAG's em empresas listadas na BM&FBovespa. A amostra de empresas compreendeu 144 organizações listadas em nove diferentes áreas de atuação.

O estudo ocorreu a partir de análises realizadas no Balanço Patrimonial e Notas Explicativas das demonstrações publicadas das respectivas empresas para o ano de 2010, precisamente o ano em que houve alterações no CPC 07, que diminuiu o número de requisitos a serem observados pelas organizações no que tange à evidenciação das subvenções e assistências governamentais usufruídas.

Os resultados da pesquisa apontaram que em todos os setores analisados, houve empresas que evidenciaram as SAG's, sendo que o que melhor evidenciou os subsídios foi o setor de Utilidade Pública e o que apresentou maior quantidade de informações foi o de Consumo Cíclico. Entre os itens recomendados pelo CPC 07, os que mais foram evidenciados pelas organizações, foram o item que trata da natureza e do reconhecimento do montante das SAG's, e também, a respeito da política contábil adotada pela organização para demonstrar as subvenções governamentais. Todavia, foi evidenciado que nenhuma das empresas analisadas, cumpriu de forma completa a divulgação dos itens recomendados pelo CPC 07.

Marinho (2018) estudou sobre o capitalismo de laços no Brasil através da análise das estratégias societárias adotadas pela BNDES Participações S.A (BNDESPAR) em empresas que ela mantinha participações. O estudo descreve como capitalismo de laços, a parceria firmada entre o setor público e o privado na formação societária das grandes companhias do país, assim o objetivo da pesquisa foi descobrir como a BNDESPAR utilizou seu poder acionário para influenciar nas decisões

destas empresas. Em geral, a estratégia adotada foi a de converter em participação acionária, dívidas de empresas inadimplentes com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES do setor público e privado.

O estudo baseou-se em uma divulgação realizada em 2011 pelo BNDES, que apresentou todas as companhias que ele detinha participação acionária, das 181 empresas levantadas, observou-se que 103 eram listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim o estudo baseou-se na análise dos estatutos sociais, acordos de acionistas, prospectos de distribuição de papéis, dentre outros, para se avaliar a influência da BNDESPAR nestas companhias.

O resultado mostra que das 103 empresas analisadas, em 45 delas a participação era ativa, e em 58 passivas, esta classificação avaliou a possibilidade ou não de controle ativo das decisões e gerenciamento do negócio. O estudo concluiu como significativo e expressivo o número de organizações que apresentaram controle ativo e passivo da BNDESPAR, mesmo sendo elas abertas para negociação pública. Ou seja, apesar das privatizações, o controle estatal é extremamente presente, podendo influenciar tanto empresas de capital aberto como público.

Melillo, Bragança e Medeiros (2019), estudaram a adoção do regime de competência para o reconhecimento de subvenções do governo pelos hospitais filantrópicos, adotando uma metodologia quali-quantitativa, com triangulação dos dados, aplicação de questionários, entrevistas e análise estatísticas da evolução dos indicadores no período. Concluíram que em relação a qualidade da informação contábil gerada os gestores apresentam preocupações e que a contabilização das subvenções pelo regime competência gera indicadores patrimoniais diferentes da contabilização efetuado pelo caixa, demonstrando a importância das escolhas contábeis, na forma de reconhecimento das subvenções governamentais, que tem impacto nos elementos patrimoniais e de resultado da entidade, influenciando na tomada de decisão.

Benetti et al. (2014), estudaram a Evidenciação de Subvenção e Assistência Governamentais das Empresas na Bm&Fbovespa, adotando uma metodologia descritiva e documental, com abordagem predominantemente quantitativa, com uma amostra não probabilística constituída por 144 empresas de 09 setores. Constataram que as empresas evidenciaram de forma satisfatória subvenções e assistências governamentais, entretendo não atenderam plenamente Pronunciamento Técnico CPC 07 (2010).

Chagas *et al.* (2020), Estudaram, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) situadas na Região Nordeste do País. Em relação ao nível de evidenciação das suas principais fontes de recursos, as subvenções e assistências governamentais, por meio de um estudo descritivo, de natureza qualitativa e quantitativa, com informações coletadas do Site do Ministério da Justiça, no período 2010 a 2014. Constatou-se que as subvenções e assistências governamentais, foram evidenciadas em conformidade com as normas contábeis em apenas 27% das organizações em estudo, demonstrando a necessidade melhoria no processo por parte da (OSCIPs) situadas na Região Nordeste do Brasil.

As subvenções são compreendidas como modalidade de transferência de recursos financeiros públicos para instituições privadas e públicas, sem fins lucrativos e de caráter assistencial. O principal objetivo é ocultar despesas de seus custeios. O capitalismo de laços pode ser compreendido como uma relação negativa entre o setor privado e o setor público, que resulta na criação de monopólios (ou seja, quando o poder é concentrado nas mãos de poucas empresas). Normalmente, o

monopólio possui grande poder econômico, é influente e acaba sendo protegido pelo governo, que o torna cada vez mais forte.

Gallon, Loureiro e Luca (2011), fizeram o estudo que tem o objetivo de investigar a divulgação das informações e os efeitos econômicos decorrentes do reconhecimento das Subvenções e Assistências Governamentais (SAG) nas demonstrações contábeis das maiores empresas abertas no Brasil, conforme Pronunciamento CPC 07, alterado pelo CPC 07(R1), em 2010. Foram analisadas 88 das 100 maiores companhias abertas listadas em Exame Melhores e Maiores 2010 (excluíram-se financeiras e seguradoras). O nível de evidenciação foi obtido a partir da Análise de Conteúdo das Notas Explicativas de 2008 e 2009, utilizando um check list, conforme disposições de divulgação do CPC 07, e os efeitos econômicos mensurados pelos índices ROA, ROE, ROS e ISAG de 2009.

Rocco (2016) fez uma pesquisa em que se fez uso de uma metodologia de análise qualitativa, usando-se os métodos de abordagem hipotético-dedutivos de caráter descritivo e analítico, teve por linha de fundo ofertar algumas premissas basilares sobre a configuração normativa dos incentivos fiscais, vindo a reconhecer que o correto uso dessa forma de intervenção do Estado na economia, pode fomentar o desenvolvimento de direitos como da cultura, educação, saúde, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento regional, dentre outros ditames constitucionais.

Ao analisar os textos acima mencionados, percebe-se que a intervenção do governo é relevante. Os estudos realizados conseguiram provar que a atuação do governo nas empresas faz diferença com suas subvenções. O trabalho desenvolvido por Gallon, Loureiro e Luca (2011), teve um caráter muito parecido com o que se espera ter no trabalho a ser desenvolvido. Uma vez que, foi analisada certa quantidade de empresas e foram recolhidas informações de suas respectivas notas explicativas com objetivo de investigar a divulgação das informações e os efeitos econômicos decorrentes do reconhecimento das SAG's nas demonstrações contábeis das maiores empresas abertas no Brasil. E o estudo realizado por Melillo, Bragança e Medeiros (2019), também contribuiu para ressaltar que as escolhas contábeis, na forma de reconhecimento das subvenções governamentais, são determinantes nos elementos patrimoniais e de resultado da entidade, demonstrando sua empresa no processo de tomada de decisão.

Saac (2016) objetivou descrever as características das empresas que se beneficiam das subvenções e assistências governamentais. Para isso, a autora analisou 791 notas explicativas de 113 empresas listadas no índice da IBRX-100 da IB&FBovespa entre 2008 e 2014. Feito a regressão lógica por meio de softwares, foi possível identificar que 43% da amostra se beneficiaram de algum programa de incentivo do Governo, totalizando o valor de 30 bilhões de reais no período.

Mattos (2015) estudou a relação entre o Aqui Tem Farmácia Popular (do Programa Farmácia Popular do Brasil) e a Assistência Farmacêutica na Atenção Básica, dois programas assistenciais que foram criticados pela obscuridade quanto a relação que teriam; se de competição ou complementariedade. Como resultado, identificou-se que no Aqui Tem Farmácia Popular e na Assistência Farmacêutica na Atenção Básica o número de municípios cobertos pela segunda é maior (superior 90% contra 77% em 2014), bem como sua utilização como fonte de obtenção de medicamentos para casos relacionados a hipertensão e diabetes (45-60% na Assistência Farmacêutica na Atenção Básica e 13-19% no Aqui Tem Farmácia Popular, sendo o restante obtido no setor privado). O trabalho analisou ainda o papel das políticas na dinâmica dos modelos de atenção, com foco na segmentação da demanda, nas tensões entre Atenção Básica seletiva e abrangente e na mercantilização da saúde; o subfinanciamento e os diferentes modelos de gestão dentro do contexto neoliberal, a expansão do

mercado farmacêutico e as relações com as políticas para o Complexo Econômico Industrial da Saúde.

Lima (2019) estuda a relação entre os Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) e a inovação econômica tendo um olhar para a construção dos Sistemas Nacionais de Direitos de Propriedade Intelectual (SNDPI) e do Sistema Internacional de Direitos de Propriedade Intelectual (SIDPI), objetivando entender a correlação entre o DPI e o mundo contemporâneo e seus impactos no Brasil. Para isso, o autor analisa a correlação entre propriedade intelectual e inovação concluindo que os DPI cresceram de importância junto com o crescimento de poder das empresas transnacionais, e que o desenvolvimento dos sistemas de inovação nacionais (SNI) de países como o Brasil, não pode ser visto de forma isolada das mudanças do paradigma tecnológico e das mudanças das estratégias dos grandes conglomerados.

Segundo Simões *et al.* (2020) as entidades devem avaliar de forma minuciosa as assistências recebidas do governo para aí sim determinar a forma apropriada de contabilização, no entanto as entidades não acostumadas a receber assistência governamental podem precisar adotar novas políticas e procedimentos contábeis que podem exigir julgamento significativo. O método aplicado foi avaliação das normas para assim concluir quais ações que devem ser tomadas rapidamente pela administração.

Já Ibanez (2011) realizou um estudo com o objetivo de entender a problemática geopolítica dos processos de transformações legais e institucionais em curso, no Brasil, a partir da Subvenção Econômica da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e das linhas de financiamento para inovação relacionada à saúde.

Por fim Saac (2016) teve como objetivo descrever as características que classificam as empresas que se beneficiam de tais incentivo. Foi realizada uma análise descritiva com dados quantitativos e qualitativos. Mostraram-se significativas as seguintes variáveis: tamanho da empresa, adoção das IFRS, o fato de as empresas serem auditadas por grandes firmas de auditoria, o controle acionário ser privado, apresentar contingências fiscais classificadas como prováveis e possíveis, o fato de as empresas captarem recursos do BNDES.

METODOLOGIA

A pesquisa é aplicada, descritiva e possui uma abordagem qualitativa e quantitativa para identificar e analisar as subvenções governamentais concedidas a empresas do setor saúde. Segundo Fleury e WerLang (2017), a pesquisa aplicada busca investigar problemas existentes em empresas, instituições, setores, grupos ou atores sociais. A pesquisa descritiva, comumente utilizada na análise e descrição de pesquisas contábeis de acordo com Raupp e Beuren (2006), permite descrever as características de um setor e estabelecer relações entre variáveis.

A fonte de informação é documental, a partir da qual é feita uma análise quantitativa e qualitativa. Na abordagem quantitativa há busca de apreensão de fenômenos com a análise de dados e procedimentos matemáticos, para determinar se as concepções se sustentam ou não após análise de variáveis quantificadas em números, segundo Silva (2018).

Por fim é qualitativa por se tratar de uma abordagem interpretativa do contexto, e analisar fatos e fenômenos a partir de dados que não podem ser coletados totalmente apenas pelo método qualitativo, segundo Silva (2018).

A coleta de dados foi realizada com a extração de informações de demonstrações contábeis divulgadas por dezenove empresas do setor saúde negociadas na B3 (Bolsa de Valores oficial do Brasil). Posteriormente, foram coletadas as seguintes informações e armazenadas com o uso de uma planilha eletrônica: nome da empresa, itens de divulgação das subvenções governamentais (política contábil e os métodos de apresentação nas demonstrações, natureza e a extensão ou assistências governamentais, condições a serem regularmente satisfeitas e outras contingências ligadas, descrição das subvenções nas demonstrações), outras informações do ano de 2019 (valor reconhecido na reserva de incentivos fiscais, resultado líquido, receita líquida, ativo total), subsídios por categorias (perdão de dívidas, empréstimos a taxas menores que as de mercado, ativos não monetários, renúncias a obrigações e outros subsídios e tipos) e composição do capital (número de ações ordinárias, número de ações preferenciais, formação societária de primeiro, segundo e terceiro nível e se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um dos Sócios).

O setor saúde considerado na análise abrange empresas dos seguintes segmentos: atendimento médico hospitalar, serviços de análise de diagnósticos, equipamentos de saúde, farmácia, fabricação de medicamentos e outros produtos para uso humano, fabricação de medicamentos e outros produtos para uso animal e operadoras de saúde.

Os dados coletados serão apresentados como números e porcentagens e as variáveis contínuas como média, desvio-padrão, mediana, valor mínimo e valor máximo.

ANÁLISE E RESULTADOS

Grupo de Empresas Analisadas

A análise de resultados da pesquisa baseia-se na análise das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas de dezenove empresas listadas na B3, na categoria Comércio e Distribuição, Equipamentos, Medicamentos e Outros Produtos, e Serviços Médicos Hospitalares Análises e Diagnósticos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Tabela 1 apresenta as dezenove empresas analisadas, bem como a respectiva área de atuação principal, o porte da companhia, considerando o critério adotado pelo BNDES, que realiza a classificação empresarial de acordo com a receita operacional bruta anual, o resultado do exercício, o total do ativo e o patrimônio líquido.

Tabela 1 - Apresentação das companhias estudadas

COMPANHIA	ÁREA DE ATUAÇÃO PRINCIPAL	PORTE	RECEITA BRUTA	LUCRO/ PREJ.	ATIVO TOTAL	PL
ADVANCED DIGITAL HEALTH MEDICINA PREVENTIVA S.A.	MEDICINA PREVENTIVA	MICRO	5	-4.941	421	- 14.585
BAUMER S.A.	EQUIP. MÉDICO-HOSPITALAR	MÉDIA	168.039	4.194	190.587	108.127
BIOMM S.A.	BIOMEDICAMENTOS	MÉDIA	10.561	-55.778	383.418	153.557
BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.	BIOFARMÁCIA	GRANDE	803.567	1.602	1.246.948	740.564
CENTRO DE IMAGEM DIAGNOSTICOS S.A.	MEDICINA DIAGNÓSTICA	GRANDE	1.159.222	50.073	2.401.121	1.320.002
DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A.	MEDICINA DIAGNÓSTICA E SERV. AMBULATORIAL	GRANDE	4.725.688	130.223	8.839.181	3.263.382
DIMED SA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	DISTRIB. DE PROD. FARMACÊUTICOS	GRANDE	2.873.038	76.755	1.468.975	524.176
FLEURY S.A.	MEDICINA DIAGNÓSTICA E ASSISTENCIAL	GRANDE	3.011.528	312.317	5.096.652	1.758.976
HAPVIDA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.	MEDICINA ASSISTENCIAL E ODONTOLOGIA	GRANDE	5.877.200	851.846	12.453.686	7.261.885
HYPERA S.A.	PRODUTOS FARMACÊUTICOS	GRANDE	4.372.101	1.164.040	11.919.475	8.710.100
INSTITUTO HERMES PARDINI S.A.	MEDICINA DIAGNÓSTICA, ASSISTENCIAL E ODONTOLOGIA	GRANDE	1.454.240	158.404	1.625.791	696.456
LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIP. E ARTIGOS MÉD. HOSP. S.A.	PROD. E COMERC. DE PROD. MÉD. E HOSPITALARES	MÉDIA	140.841	18.275	215.358	98.341
NORTEC QUÍMICA S.A.	PROD. E COMERC. DE PROD. QUÍMICOS E FARMOQUÍMICOS	MÉDIA	190.964	15.793	194.452	134.241
NOTRE DAME INTERMÉDICA PARTICIPAÇÕES	MEDICINA ASSISTENCIAL E ODONTOLOGIA	GRANDE	8.693.451	423.583	13.148.040	6.370.396
ODONTOPREV S.A.	ODONTOLOGIA	GRANDE	1.887.301	284.821	176.874	1.116.493
OURO FINO SAÚDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A.	DESENV. PROD. E COMERC. DE PROD. DE SAÚDE ANIMAL	GRANDE	680.325	46.278	869.536	492.447
PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS S.A.	DISTRIB. DE PROD. FARMACÊUTICOS	GRANDE	5.566.938	16.062	3.183.388	1.037.212
QUALICORP CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.	GESTÃO DE BENEF. DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	GRANDE	2.177.214	392.756	2.592.918	1.425.837
RAIA DROGASIL S.A.	COMÉRCIO DE PROD. FARMACÊUTICOS	GRANDE	17.496.592	772.240	12.075.866	4.076.419

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

A empresa Advanced Digital Health Medicina Preventiva S.A., não divulgou seus resultados

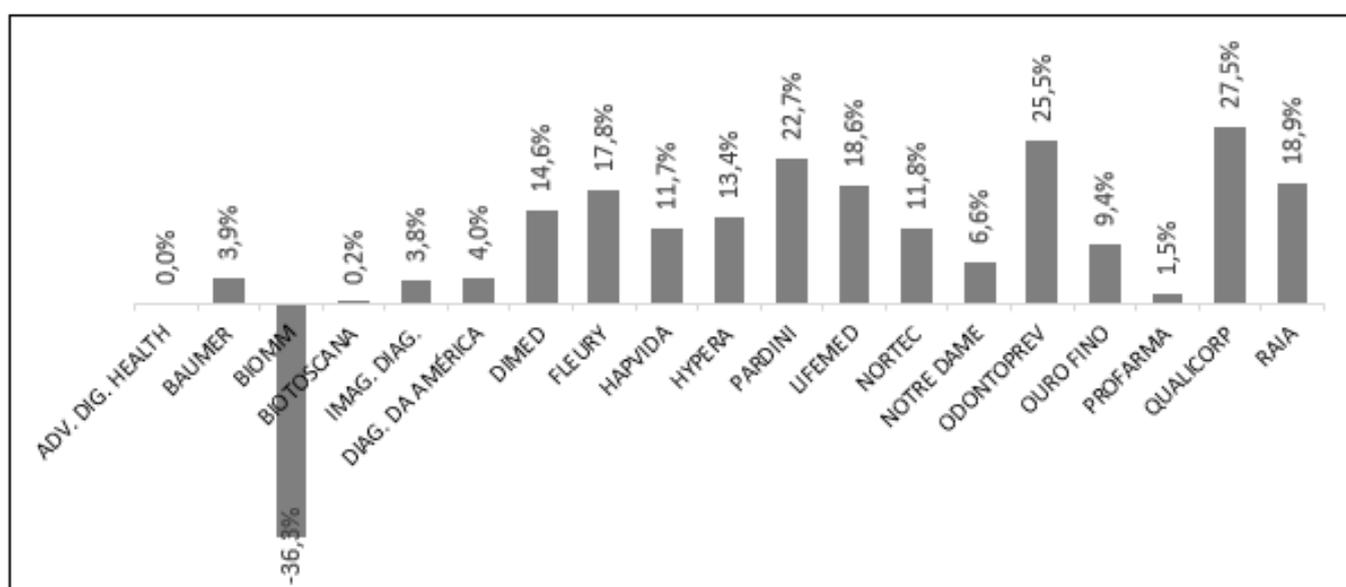
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, portanto os valores apresentados compreendem o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Observa-se que cerca de 74% das companhias listadas estão enquadradas como empresa de grande porte, ou seja, receita bruta superior a 300 milhões anuais. Outro ponto é o de que apenas duas companhias apresentaram resultado do exercício negativo, Advanced Digital Health Medicina Preventiva S.A. e a Biomm S.A.

Outras Informações Analisadas

Buscando-se analisar mais detalhadamente o porte da organização, bem como seu desempenho econômico e financeiro, analisou-se três indicadores de resultado elementares, a rentabilidade, através do ROE – Return On Equity ou Retorno sobre o Patrimônio Líquido, Endividamento e Lucratividade. O Gráfico 1 apresenta o primeiro indicador analisado, o ROE, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Gráfico 1 - Consolidação do Retorno sobre o Patrimônio Líquido das empresas analisadas



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

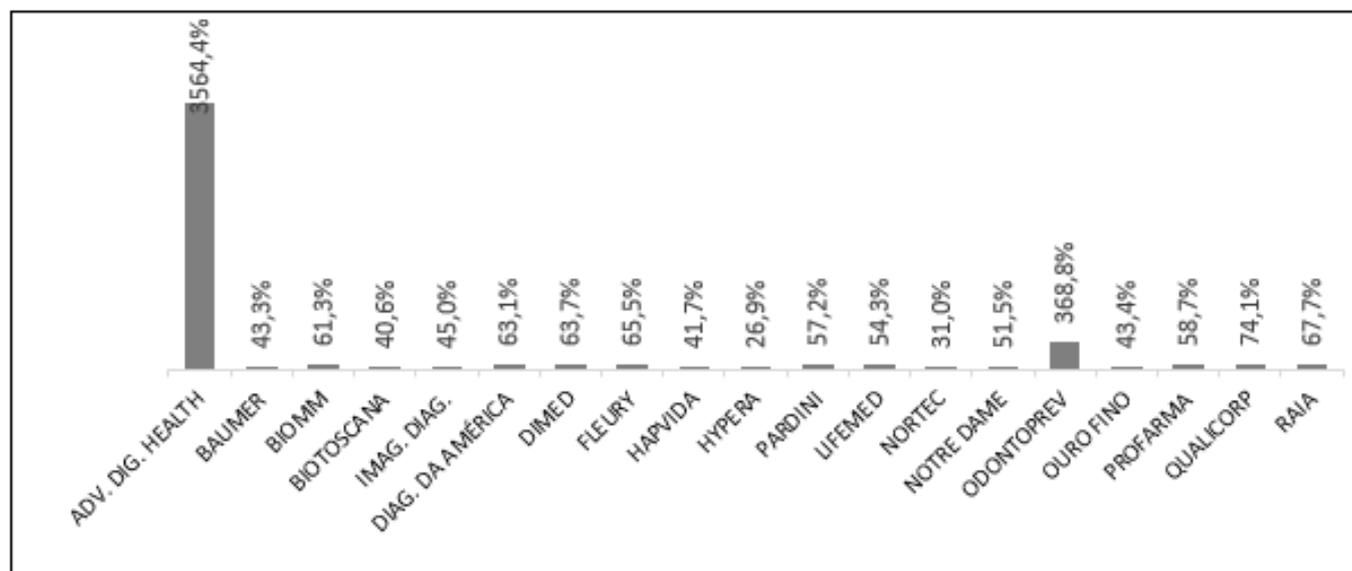
Este indicador mostra o retorno, ou a capacidade de agregação de valor da companhia em relação ao resultado gerado, ou seja, quanto ela consegue trazer de retorno, a partir do valor investido pelos acionistas.

A consolidação dos resultados demonstra que a maior parte das organizações obteve retorno ao final do exercício de 2019, já que o resultado do exercício foi positivo. A companhia com melhor resultado foi a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A., retornando na forma de lucro 27,5% do capital investido pelos sócios. Por outro lado, tanto a Biomm S.A., como a Advanced Digital Health Medicina Preventiva S.A. apresentaram resultado do exercício negativo, ou seja, elas não retornaram lucro aos acionistas, mas sim prejuízo. Ainda mais agravante é a condição da Advanced Digital Health Medicina Preventiva S.A, que vem apresentando prejuízos consecutivamente, o que culminou com seu patrimônio líquido negativo, o que impossibilitou o cálculo do ROE.

O próximo indicador analisado é o Índice de Endividamento Geral (EG), este indicador mos-

tra a relação passivos versus ativos, ou seja, o percentual de ativos da organização que está sendo financiado por capital de terceiros. Este índice avalia o grau de alavancagem da instituição, indicando se a organização utiliza mais recursos de terceiros ou próprios, mostrando assim a capacidade de pagamento da instituição.

Gráfico 2 - Consolidação do Índice de Endividamento Geral das empresas analisadas



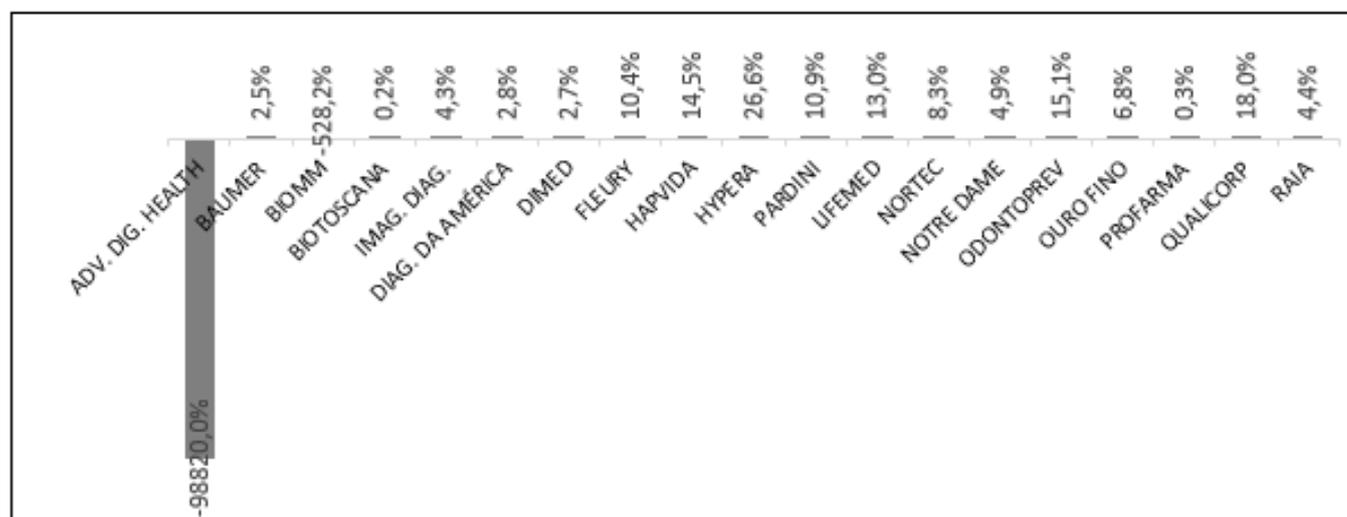
Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Analisando os dados, observa-se que dezessete das dezenove empresas estudadas, apresenta índices de endividamento saudáveis, ou seja, o passivo menor que o ativo, indicando assim, a capacidade da empresa manter sua liquidez e honrar os compromissos firmados. As duas organizações que destoaram da amostra, apresentando índices de endividamento demasiadamente elevados, foi a Odontoprev S.A. e a Advanced Digital Health Medicina Preventiva S.A., com um valor de endividamento incongruente desproporcional ao total de ativo.

Assim, estes resultados indicam a incapacidade momentânea ou não da organização gerar receita através da execução da sua atividade, sendo necessário recorrer ao capital de terceiros para a manutenção do capital de giro das atividades da organização.

Finalmente, o último indicador é o Índice de Lucratividade, ele mede os ganhos da organização a partir da receita operacional auferida, em outras palavras, este indicador mostra a capacidade operacional da organização de gerar lucro.

Gráfico 3 - Consolidação da Lucratividade das empresas analisadas



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Analisando os dados observa-se novamente que a Advanced Digital Health Medicina Preventiva S.A. e a Biommm S.A., foram as empresas que ficaram com seus resultados negativos, isso ocorreu pois como já apresentado anteriormente, estas são as duas empresas que apresentaram o resultado do exercício também negativo.

Por fim observa-se que a lucratividade média entre as empresas é baixa, excluindo-se da amostra os valores negativos, ela fica em 8,56%, bem abaixo dos resultados de empresas que destacaram-se positivamente no período, a Hypera S.A. (26,62%), e em seguida a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. com 18,04%.

Reconhecimento das Subvenções Governamentais

Nas análises deste trabalho buscou-se evidenciar as subvenções governamentais usufruídas por estas empresas privadas do setor de saúde. As subvenções governamentais podem ser entendidas conforme o CPC 07 como uma assistência da parte do governo, que usualmente é concedida para as organizações na forma de benefício pecuniário, todavia não sendo restrito a este. Como contrapartida do benefício recebido, é exigido que a entidade cumpra certos requisitos que estão relacionados à execução de suas atividades operacionais.

Desta forma, com o intuito de analisar as subvenções usufruídas pelas companhias, bem como a forma que elas evidenciam estas informações em suas Demonstrações e Notas Explicativas, estabeleceu-se como critérios da pesquisa a evidenciação de três questões: a política contábil adotada para as subvenções governamentais, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações contábeis, a natureza e a extensão das subvenções governamentais ou assistências governamentais e as condições a serem regularmente satisfeitas e outras contingências ligadas.

Como forma de classificar os dados levantados, adotou-se três categorias de classificação: Divulgado – no caso de a empresa expressar de forma clara em suas Notas Explicativas a condição analisada; Não evidenciado de forma clara, mas presente nas demonstrações de forma indireta – no caso de a empresa não evidenciar de forma clara a condição estudada, porém citar e/ou apresentar no decorrer de suas Notas Explicativas a condição analisada; e, não divulgado, nem presente nas

demonstrações de forma indireta – no caso de a empresa não evidenciar direta ou indiretamente o critério estudado.

A Tabela 2 apresenta o consolidado das informações obtidas através da leitura das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas das dezenove empresas da amostra.

Tabela 2 - Análise consolidada das práticas de subvenção adotadas pelas organizações

Condição	Divulgado	Não evidenciado de forma clara, mas presente nas demonstrações de forma indireta	Não divulgado, nem presente nas demonstrações de forma indireta
Critério	A política contábil adotada para as subvenções governamentais, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações contábeis		
Quantidade	8	-	11
Percentual	42%	0%	58%
Critério	A natureza e a extensão das subvenções governamentais ou assistências governamentais		
Quantidade	6	6	7
Percentual	32%	32%	37%
Critério	Condições a serem regularmente satisfeitas e outras contingências ligadas		
Quantidade	4	2	13
Percentual	21%	11%	68%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Analisando-se estes dados observa-se que a maioria das organizações não divulgou a política contábil de subvenções governamentais adotada (58%) e as condições a serem regularmente satisfeitas pela companhia para usufruir do benefício (68%). Já para a natureza e a extensão das subvenções governamentais ou assistências governamentais o número de empresas que não divulgaram caiu (37%), mas ainda assim foi maior que as outras categorias.

Os itens sumarizados na Tabela 2 evidenciam que algumas das companhias analisadas usufruem de subvenções relacionadas à concessão de empréstimos do BNDES e BDMG com taxa de juros inferiores as praticadas pelo mercado, e também, usufruem de empréstimos e financiamentos concedidos pela FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, entidade governamental que concede recursos reembolsáveis ou não a organizações que investem em pesquisa e inovação, além de também apoiar a construção da primeira planta fabril, incorporações, fusões e joint ventures.

Também foi evidenciado outras assistências governamentais como benefícios fiscais do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e da Lei do Bem, que igualmente trata-se de uma concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizam novas pesquisas e investem em inovações tecnológicas.

De igual modo, objetivou-se nesta análise observar se há o reconhecimento ou não na Reserva de Incentivos Fiscais por parte das organizações, o que ficou evidenciado é que apenas seis das dezenove empresas analisadas divulgaram esta informação. A Tabela 3 apresenta a consolidação destes dados.

Tabela 3 - Consolidação dos valores reconhecidos analisados

Valor reconhecido na Reserva de Incentivos Fiscais em Milhares									
Notação		Quantidade	Percentual	Média	Desvio Padrão	Mediana	Valor Mínimo	Valor Máximo	
9.519,5	— 1.424.067	5	83%	556.371	1.120.586	146.404	9.520	2.838.613	
1.424.067	— 2.838.614	1	17%						

fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Desta forma, pode-se observar que das doze companhias que divulgaram ou apresentaram de forma implícita o recebimento de subvenções governamentais, apenas seis reconheceram os valores na Reserva de Incentivos Fiscais, sendo que destas seis companhias, duas explicitaram que os incentivos fiscais usufruídos trata-se de benefícios oriundos da isenção e/ou diminuição da alíquota aplicada ao ICMS.

Também foi evidenciado pela análise estatística dos dados, sumarizados na Tabela 3, que os valores da amostra estão dispersos em um intervalo significativo, ou seja, a diferença entre o menor valor reconhecido e o maior é de 29.717%.

Por fim, observa-se que estes dados não se diferem relevantemente do levantamento realizado por Scheren *et al.* (2017), os autores analisaram o número de empresas que possuíam subvenções e assistências governamentais no período de 2010 a 2016 por setor econômico da B3 S. A., neste levantamento confirmou-se que no setor da saúde, o máximo de companhias que evidenciaram usufruir de Subvenções Governamentais foram três, oscilando também em alguns anos para uma ou duas organizações.

Não Evidenciação de Subvenções Governamentais

Durante a fase de levantamento dos dados, obteve-se retorno do departamento de Relação com Investidores de uma das empresas analisadas, a HapVida S.A., através do retorno positivo da companhia, o diretor de mercado de capitais da companhia, Luccas Adib prestou esclarecimentos sobre a relação da empresa e as subvenções governamentais.

Ficou demonstrado que existem companhias que não usufruem destes benefícios, não evidenciando nas demonstrações contábeis nenhuma forma de subvenção governamental. A relação estruturada pela HapVida S.A. não compreende recursos de natureza creditícia com o governo, ou seja, toda captação de recurso ocorre com a parceria privada, por meio de captação de dívida via emissão de debêntures. Excepcionalmente, acontecendo apenas uma vez nos quarenta anos de existência da organização, ocorreu a efetivação de uma transação via empréstimo bancário com o setor privado.

O que também foi evidenciado foi a geração de caixa robusta da organização, o que garante o crescimento inorgânico rápido da companhia, via aquisição de empresas estratégicas em diferentes localidades do país.

Por fim, foi também explicitado que a empresa recebe estímulos setoriais por dedicar parte dos seus rendimentos para a realização de novas pesquisas e investimento em inovações tecnológicas, através da Lei do BEM, uma lei onde o governo renuncia parte da arrecadação dos impostos de direito, como forma de estímulo às organizações que investem em PD&I, porém ainda não explicitado nas demonstrações de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Capitalismo de Laços é definido por Lazzarini (2011) como uma rede interligada de contatos, estratégias e conexões de apoio, que de modo geral se relacionam com interesses políticos e econômicos. O autor destaca que essas relações são estabelecidas para se obter acordos comuns de interesse ou angariar oportunidades de mercado. Cabe destacar que estas conexões podem ser estabelecidas somente entre agentes da iniciativa privada, porém o que se observa de forma recorrente é a ligação do governo e outros agentes estatais nestas relações corporativas.

Deste modo, este trabalho buscou analisar nas dezenove empresas anteriormente listadas como se comportam os grupos societários, ou seja, a participação de entes estatais, privados e grupos familiares controladores, nacionais e internacionais no comando acionário das companhias. Também foi um dos objetivos da pesquisa, desdobrar os níveis societários das dezenove empresas até ao terceiro grau, a fim de analisar as ligações entre estes agentes por meio da sua participação, em alguns casos, conjunta na formação societária de uma ou mais empresas.

A Tabela 4 mostra a consolidação de alguns dados que evidenciam a formação societária das empresas, para melhor visualização dos dados, utilizou-se a classificação sugerida por Lazzarini, que classifica os grupos em quatro tipos: estatais, privados familiares, privados amplos e estrangeiros.

Tabela 4 - Composição acionária das companhias analisadas

1º NÍVEL ACIONÁRIO			
TOTAL DE EMPRESAS COM ACIONISTAS ESTATAIS	TOTAL DE EMPRESAS COM ACIONISTAS PRIVADOS FAMILIARES	TOTAL DE EMPRESAS COM ACIONISTAS PRIVADOS AMPLOS	TOTAL DE EMPRESAS COM ACIONISTAS ESTRANGEIROS
4	8	17	9
21,1%	42,1%	89,5%	47,4%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Observa-se que o somatório total dos percentuais sobrepassa 100%, isso ocorre já que uma organização pode possuir em sua estrutura acionária mais de uma das classificações adotadas.

No levantamento dos dados evidenciou-se a participação estatal em algumas empresas, através do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES Participações S.A. e do Banco De Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG. Além disso, também se observou a grande participação de empresas estrangeiras na formação societária das organizações analisadas.

Também se evidenciou como prática recorrente entre as empresas a manutenção do controle acionário nas mãos da família fundadora, além de se observar donos que criam uma empresa para controlar outra, mantendo dessa forma o controle através de várias ramificações.

Este tipo de operação, são as chamadas “aglomerações”, ou seja, proprietários que possuem participações em sociedades de forma sobreposta, assim o que se observa são investimentos realizados de forma conjunta, e em muitos casos, o controle mantido por essas organizações.

Lazzarini (2011), também destaca que muitas vezes se torna um objetivo destas organizações permanecerem com os mesmos sócios controladores para garantir a estratégia da organização de forma que seja mutuamente benéfica e coordenada. Estas aglomerações são conhecidas como grupos econômicos, ou seja, um conjunto de firmas que estão debaixo de um guarda-chuva comum, o mesmo controlador.

Destaca-se que o que foi discutido pelo autor, pôde ser evidenciado na análise da formação societária das dezenove instituições avaliadas, conforme evidenciado no Anexo 03, que desdobra a formação societária de cada instituição estudada em mais dois níveis. Ou seja, nos outros níveis observa-se igualmente presente em várias organizações, o controle acionário da família controladora por meio de outras firmas, além dos acionistas estrangeiros, e também, do governo.

Por fim, observa-se que as múltiplas facetas do capitalismo no país convergem para um grupo restrito de investidores, ou seja, acionistas que, em suma, replicam a formação societária em outras empresas, criando assim, um agrupamento por meio de pirâmides societárias e blocos que possuem o controle bem estabelecido. Assim, ficam evidentes os laços constituídos tanto na esfera privada, com atuação também de agentes estrangeiros, como na pública, com a participação ativa de entes governamentais.

O CPC 07, trata da subvenção e assistência governamental, determina a evidenciação do subsídio recebido da esfera federal, estadual e municipal. O campo de estudo desta pesquisa delimitou-se às empresas que se beneficiaram de recursos da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. Os dados das organizações receptoras destes recursos, foram extraídos do próprio site da FINEP, e destes, foram listadas as organizações de capital aberto, que por determinação da Lei, são obrigadas a publicar suas demonstrações contábeis e financeiras.

Devido a pandemia da Covid-19, os governos de todo o mundo, incluindo o governo brasileiro, estão tentado implementar medidas para ajudar as empresas e conseqüentemente a economia a superar os efeitos da crise.

Diante disso, um dos alvos de investimento tem sido a Indústria Farmacêutica que representa uma indústria-chave para o progresso tecnológico e científico da sociedade. O bem-estar da população depende, de certa forma, da interação com o governo e com sistemas de saúde. Uma vez que a esperança média de vida e a qualidade de vida das pessoas dependem muito do uso de medicamentos que essas empresas oferecerem.

O presente trabalho pretendeu fazer um estudo sobre as subvenções governamentais e o capitalismo de laços na área da saúde no Brasil. Os dados investigados foram verificados através das demonstrações contábeis disponibilizadas no site da B3 (Bolsa de Valores Oficial do Brasil), onde foram consultadas as demonstrações contábeis de 19 (dezenove) empresas, da área da saúde, envolvidas na pesquisa e conseqüentemente uma observação maior quanto as informações de suas respectivas notas explicativas para saber quais subvenções existem e conhecer melhor as constituições societárias dos envolvidos.

O governo pode oferecer os subsídios de várias formas, dentre elas têm-se: os empréstimos abaixo da taxa de mercado, incentivos de trabalho a curto prazo, fundos de assistência, créditos tributários baseados em renda, entre outras. Assim, as entidades podem receber subsídios por meio de perdão de dívidas, empréstimos a taxas menores que as de mercado, ativos não monetários, renúncias a obrigações e outros subsídios.

As subvenções são compreendidas como modalidade de transferência de recursos financeiros públicos para instituições privadas e públicas, sem fins lucrativos e de caráter assistencial. O principal objetivo é ocultar despesas de seus custeios.

O capitalismo de laços pode ser compreendido como uma relação negativa entre o setor pri-

vado e o setor público, que resulta na criação de monopólios (ou seja, quando o poder é concentrado nas mãos de poucas empresas). Normalmente, o monopólio possui grande poder econômico, é influente e acaba sendo protegido pelo governo, que o torna cada vez mais forte.

Portanto, conclui-se que, a intervenção do governo é relevante. Os estudos realizados conseguiram provar que a atuação do governo nas empresas faz diferença com suas subvenções. Uma vez que, foram analisadas uma certa quantidade de empresas e foram recolhidas informações de suas respectivas notas explicativas com objetivo de investigar a divulgação das informações e os efeitos econômicos decorrentes do reconhecimento das SAG's nas demonstrações contábeis das maiores empresas abertas no Brasil. Também contribuiu para ressaltar que as escolhas contábeis, na forma de reconhecimento das subvenções governamentais, são determinantes nos elementos patrimoniais e de resultado da entidade, demonstrando sua empresa no processo de tomada de decisão.

O governo tem a função de servir à população. Porém, se ele não agir de forma adequada, poderá correr o risco de deixar a parcela menos favorecida da população de lado. Isso ocorre quando ele estiver mais capturado pelo setor privado e quanto mais atender a grupos de interesses.

Dessa forma, para o bem de todos, é importante que o capitalismo de laços seja combatido. Um dos focos principais é reduzir a corrupção. Para isso, é necessário existir agências com poder e independência de governos e de empresas para regular fusões e aquisições empresariais e, ainda, qualquer ação que provoque o aumento da concentração de mercado.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Cleicle Albuquerque *et al.* Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 51, n. 4, p. 745-764, Dec. 2013.

BENETTI, Kelen *et al.* Evidenciação de subvenção e assistência governamentais das empresas na Bm&Fbovespa. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 75-90, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin>. Acesso em: 26 ago. 2020.

CHAGAS, M. J. R. *et al.* Evidenciação contábil dos recursos auferidos pelas OSCIPs do nordeste brasileiro: um enfoque nas subvenções e assistências governamentais. *Revista Ambiente Contábil*, [S.l.], v.12, n.2, jul./dez, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FLEURY, M. T. L.; WERLANG, S. R. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. *Anuário de Pesquisa: 2016-2017*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2017.

IBAÑEZ, Pablo. Geopolítica e inovação tecnológica: uma análise da subvenção econômica e das políticas de inovação para a saúde. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LIMA, Leandro Manoel Matias de. Os direitos de propriedade intelectual e as inovações: os desdobramentos dos sistemas nacionais e internacional de direitos de propriedade intelectual. 2019, 1 recurso online (267 p.). Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/345138>. Acesso em: 10 jul. 2020.

LOUREIRO, Débora Queiroz; GALLON, Alessandra Vasconcelos; LUCA, Márcia Martins Mende de. Subvenções e assistências governamentais (SAG): evidenciação e rentabilidade das maiores empresas brasileiras. *Revista*

de Contabilidade e Organizações, [S.l.], v. 5, n. 13, p.34-54, 2011.

MARINHO, Sarah M. Matos. Explorando os laços do capitalismo no Brasil: a forma e o conteúdo das estratégias de governança corporativa da BNDESPAR. Revista Direito GV, São Paulo, v. 14, n. 3, dez. 2018. Disponível em: <https://direitosp.fgv.br/publicacoes/revista/artigo/explorando-lacos-capitalismo-brasil-forma-conteudo-estrategias-de-governa>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MATTOS, Leonardo Vidal. Assistência farmacêutica na atenção básica e programa farmácia popular do Brasil: uma análise crítica das políticas públicas de provisão de medicamentos no Brasil. 2015. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2015.

MELILLO, Pedro H; BRAGANÇA, Gustavo C; MEDEIROS, Rodrigo Vasconcellos. Escolhas contábeis e gerenciamento de resultados: um estudo sobre o reconhecimento de subvenções governamentais em um hospital filantrópico Revista Ambiente Contábil, [S.l.], v.11, jan/jun. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>. Acesso em 27/08/2020.

NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso. Dos incentivos fiscais: uma análise de sua dimensão normativa no sistema jurídico brasileiro. Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento, [S.l.], v. 4, n. 4, 2016.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SAAC, Diana Maria Preciado. Análise das características determinantes das empresas que usufruem de subvenções e assistências governamentais. 2016. Dissertação (Mestrado) – Administração, Ribeirão Preto, FEARP/USP, 2016.

SAAC, Diana Maria Preciado. Análise das características determinantes das empresas que usufruem de subvenções e assistências governamentais. 2016. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Université de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

SILVA, Glauco Peres da *et al.* Desenho de pesquisa, Brasília: Enap, 2018. 119 p.: il.

SIMÕES, Danilo. As subvenções governamentais estão sendo reconhecidas no período certo e estão mensuradas adequadamente? [S.l.]: KPMG, 2020. Disponível em: <https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2020/06/subvencoes-governamentais.html>. Acesso em: 4 nov. 2020.

SOUZA, Jackeline Lucas *et al.* Subvenção e assistência governamental em empresas brasileiras com fomento à inovação da FINEP. Revista Catarinense da Ciência Contábil, Florianópolis, v. 17, n. 51, p. 108-122, ago. 2018. Disponível em: <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2565>. Acesso em: 29 ago. 2020.

Organizadora



Ana Carolina Vasconcelos Colares

Doutoranda e Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Gestão Ambiental de Empresas EAD/AVM. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Administração pela PUC Minas. Possui experiência profissional em Auditoria Independente, atua e pesquisa nas áreas de Contabilidade Societária e IFRS, Auditoria Contábil, Gestão Ambiental e Finanças Sustentáveis. É Professora de graduação das disciplinas do eixo contábil, da Introdutória até Avançada, Auditoria e Pesquisa, e atua como orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso, na PUC Minas.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9367117068866327>

Índice Remissivo

A

acionistas 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 175, 180, 186
administração 11, 12, 13, 14, 34, 45, 46, 51, 63, 68, 73, 102, 113, 118, 125, 128, 146, 152, 170, 177
atividade 13, 14, 26, 36, 67, 69, 73, 76, 78, 80, 87, 90, 144, 181
auditoria 10, 32, 58, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 131, 132, 177
auditoria externa 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 80
autarquia 12, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 69, 72, 74
autarquias 12, 13, 27
automatizada 30, 32

B

B3 117, 118, 119, 122, 123, 130, 131, 133, 153, 155, 156, 159, 160, 161, 167, 172, 178, 184, 186
Belo Horizonte 47, 48, 49, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 98
benefícios 14, 15, 31, 43, 45, 46, 72, 162, 167, 168, 172, 173, 183, 184
BHIP 48, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66
BI 12, 13, 16, 17, 19, 22, 27, 28, 100
BNDES 138, 172, 174, 175, 177, 178, 183, 185
bolsas de valores 54, 74
BPO 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 22, 26, 27, 28
brasileiras 54, 58, 63, 65, 68, 74, 101, 102, 116, 133, 135, 144, 156, 158, 159, 169, 187, 188
brasileiro 53, 55, 84, 86, 87, 100, 101, 102, 116, 129, 130, 131, 137, 139, 144, 149, 155, 173, 186, 187, 188
business 12, 14, 16, 34, 48, 136

C

capital 48, 49, 54, 55, 57, 62, 63, 66, 101, 102, 105, 118, 122, 123, 126, 133, 146, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 178, 180, 181, 186
capitalismo 171, 172, 173, 174, 175, 186, 187, 188
carreira 40, 85, 86, 87, 88, 94, 98, 100, 101, 102, 115, 116
cliente 14, 15, 70, 80, 146
companhias 49, 51, 55, 63, 69, 70, 71, 72, 118, 120, 122, 123, 125, 126, 129, 131, 153, 155, 156, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 172, 174, 175, 176, 179, 180, 182, 183, 184, 185
concessionária 47, 48, 51, 55, 56, 59, 61
conformidade 47, 50, 54, 58, 59, 60, 62, 70, 81, 175
conhecimento 9, 17, 20, 30, 31, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 53, 54, 59, 87, 89, 90, 94, 96, 116, 142, 150, 159, 166, 168
contábil 9, 10, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 52, 53, 55, 56, 61, 63, 69, 70, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 106, 107,

110, 113, 114, 115, 116, 121, 140, 151, 155, 158, 174, 175, 178, 182, 183, 187, 189

contabilidade 9, 10, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 54, 58, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 73, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 121, 140, 141, 151, 152, 158, 188

contador 13, 20, 25, 29, 30, 31, 36, 43, 44, 84, 85, 87, 89, 94, 95, 97, 98, 101, 102, 103, 115, 116

contadores 9, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 38, 41, 42, 44, 85, 88, 91, 92, 93, 96, 101, 102, 107, 111, 115, 116, 140

controle 12, 13, 14, 18, 19, 26, 31, 33, 35, 49, 50, 51, 57, 61, 70, 72, 73, 75, 80, 113, 115, 121, 125, 140, 149, 158, 175, 177, 185, 186

coronavírus 133, 136, 137, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 152

covid-19 118, 122, 133

Covid-19 9, 43, 44, 118, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 142, 144, 146, 151, 186

COVID-19 61, 117, 128, 135, 141, 152

crise 85, 119, 120, 126, 129, 131, 133, 144, 172, 186

custos 14, 15, 34, 35, 41, 43, 44, 57, 72, 113, 126, 128, 140, 158, 187

D

decisório 21, 36, 43

demonstrações financeiras 47, 48, 51, 54, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 80, 81, 125, 126, 133, 157, 164

demonstrativos 12, 26, 56, 61, 115, 161

desafios 9, 29, 30, 31, 44, 84, 86, 120, 129

despesas 13, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 57, 115, 121, 128, 140, 155, 175, 186

digital 9, 10, 29, 30, 31, 33, 36, 38, 41, 42, 43, 44, 46, 115, 126, 146

direito 18, 51, 52, 53, 58, 60, 64, 101, 107, 155, 184

disclosure 10, 47, 48, 49, 53, 56, 61, 66, 172

dividendos 122, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

E

econômica 9, 53, 67, 113, 115, 119, 120, 129, 131, 155, 167, 173, 177, 187

econômico-financeiras 172

educacional 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 129, 130, 131, 132

eficácia 15, 72, 86, 141

empregabilidade 84, 85, 88, 97, 98, 115

emprego 43, 95, 100, 101, 103, 107, 108, 115, 126

empresa 14, 15, 20, 31, 32, 34, 35, 36, 43, 44, 48, 58, 61, 62, 66, 68, 69, 70, 73, 75, 89, 92, 101, 109, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 138, 140, 141, 142, 146, 147, 149, 150, 151, 155, 156, 158, 159, 163, 164, 166, 167, 169, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187

empresas 13, 14, 15, 20, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 41, 43, 44, 46, 48, 49, 50, 55, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 80, 85, 86, 90, 91, 92, 94, 98, 102, 107, 108, 109, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

entidades 9, 12, 14, 17, 49, 51, 53, 54, 68, 112, 136, 137, 138, 142, 143, 145, 146, 149, 150, 163, 165, 177, 186

estabilidade 100, 101, 102, 112, 122, 128

estratégica 9, 14, 20, 27, 44, 113, 115, 136, 149

estratégicas 13, 113, 115, 141, 155, 184

estudo 11, 12, 13, 14, 18, 19, 27, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 56, 63, 66, 68, 74, 75, 78, 80, 85, 86, 87, 88, 97, 98, 101, 102, 103, 116, 118, 121, 122, 136, 142, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 164, 165, 166, 168, 170, 174, 175, 176, 177, 186, 188

evidenciação 48, 49, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 62, 63, 66, 78, 174, 175, 176, 182, 186, 187

evolução 23, 31, 32, 36, 39, 43, 45, 53, 55, 84, 85, 86, 88, 98, 100, 101, 114, 116, 119, 126, 128, 136, 150, 158, 175

excelência 14, 86

F

ferramentas 12, 16, 31, 34, 38, 42, 44, 74, 86, 87, 102, 132, 141

fidedignos 69

financeira 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 22, 23, 26, 27, 31, 49, 53, 56, 59, 73, 114, 115, 119, 121, 123, 126, 128, 129, 140, 146, 149, 155, 156, 158

financeiro 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 50, 51, 52, 53, 57, 61, 67, 69, 72, 78, 80, 94, 117, 118, 122, 131, 132, 137, 155, 156, 173, 180

Financeiro 12, 13, 14, 15, 16, 18, 26, 27, 28, 57, 59, 60

firmas 65, 67, 69, 74, 76, 80, 177, 185, 186

fiscais 36, 70, 131, 154, 158, 160, 162, 163, 164, 167, 168, 172, 173, 176, 177, 178, 183, 184, 188

fiscalização 9, 18, 20, 50, 66, 69, 71, 74

flexibilidade 14, 15

G

gestão 12, 13, 14, 16, 17, 20, 26, 31, 44, 48, 50, 55, 56, 57, 61, 66, 68, 85, 107, 115, 136, 138, 139, 140, 141, 146, 149, 150, 155, 172, 176

gestão empresarial 136, 149, 150

governamentais 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 182, 183, 184, 186, 187, 188

governança 49, 67, 68, 72, 80, 118, 123, 154, 158, 161, 162, 167, 188

governo 13, 36, 67, 69, 85, 137, 145, 146, 172, 173, 175, 176, 177, 182, 184, 185, 186, 187

I

ICPC 01 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 62, 63, 64, 66

ICPC 17 47, 48, 49, 53, 55, 61, 62, 66

iluminação 47, 48, 50, 55, 56, 61, 66

impacto 9, 26, 33, 45, 51, 73, 117, 119, 120, 122, 125, 128, 129, 131, 137, 149, 152, 155, 165, 167, 168, 175

impactos 12, 18, 26, 30, 32, 36, 43, 44, 46, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 135, 136, 143, 144, 146, 149, 150, 177

imposto 154, 155, 157, 161, 163, 164, 166, 168

inovação 32, 35, 36, 37, 39, 41, 43, 46, 116, 120, 177, 183, 187, 188

inovadoras 30, 43, 44

Inserção 83

inteligência 9, 12, 31, 33, 84

internacionais 48, 49, 51, 58, 62, 64, 66, 84, 85, 86, 101, 102, 121, 185

J

jovem 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 97

L

laços 171, 172, 173, 174, 175, 186, 187, 188

lucros 53, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 167, 169

M

mercado 9, 10, 16, 30, 32, 33, 34, 38, 39, 41, 44, 49, 67, 68, 69, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 107, 109, 110, 113, 115, 120, 123, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 139, 141, 144, 146, 148, 149, 150, 155, 156, 157, 164, 167, 173, 177, 178, 183, 184, 185, 186, 187

micro 135, 136, 137, 144, 145, 146, 148, 150, 152

microempresas 136, 137, 139, 140, 150

mídias 31

Minas Gerais 2, 11, 12, 18, 26, 29, 37, 38, 44, 48, 66, 105, 150, 153, 170, 185, 189

N

nacional 14, 74, 87, 89, 139, 144

natureza 20, 21, 31, 55, 61, 63, 87, 88, 89, 97, 100, 101, 102, 103, 112, 154, 159, 174, 175, 178, 182, 183, 184

negócios 9, 12, 13, 14, 15, 16, 31, 32, 34, 35, 48, 55, 66, 120, 123, 125, 126, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 174

O

operações 14, 34, 53, 61, 73, 150

ótica 45, 47, 54, 55, 62, 69, 129, 154, 155, 166

otimização 36, 43

outsourcing 11, 12, 14, 15, 20, 22, 27

P

pandemia 9, 10, 26, 44, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 186

PCAOB 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82

pequenas 46, 96, 135, 137, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152

perfil 39, 55, 87, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 110, 112, 113, 115, 116, 148, 159

político 172

Power BI 12, 13, 16, 17, 19, 22, 28

práticas 3, 30, 58, 71, 73, 74, 123, 158, 170, 173, 183

prejuízos 53, 121, 136, 137, 138, 149, 160, 180

privado 13, 27, 48, 50, 51, 52, 66, 102, 112, 115, 117, 119, 122, 123, 131, 132, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 184, 186, 187

process 11, 12, 14, 48, 136

processo 9, 14, 15, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 35, 36, 42, 43, 44, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 61, 62, 66, 73, 85, 114, 121, 136, 142, 168, 175, 176, 187

processos 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 36, 42, 43, 44, 51, 57, 84, 114, 116, 137, 140, 149, 150, 177

produtividade 14, 15, 31, 41, 85

profissão 18, 32, 33, 41, 42, 43, 71, 86, 87, 89, 97, 100, 101, 102, 104, 107, 112, 114, 115, 116

profissionais 9, 14, 18, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 69, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115

profissional 29, 30, 31, 32, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 61, 69, 70, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 107, 112, 113, 114, 115, 116, 189

pública 11, 12, 13, 18, 21, 26, 27, 47, 48, 50, 55, 56, 63, 66, 70, 71, 75, 86, 91, 98, 102, 113, 130, 141, 151, 175, 186

Q

qualidade 13, 14, 15, 20, 26, 31, 33, 34, 36, 37, 41, 43, 53, 62, 69, 70, 75, 80, 85, 100, 115, 140, 175, 186

R

RAIS 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116

recursos 13, 15, 20, 21, 31, 35, 36, 51, 53, 121, 126, 127, 146, 162, 173, 174, 175, 177, 181, 183, 184, 186, 187

remuneração 53, 59, 61, 88, 89, 94, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 112, 113, 114, 116, 154, 155, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 169

responsabilidade 3, 14, 48, 66, 67, 68, 69, 70, 78, 87, 113, 140, 172

S

saúde 13, 119, 123, 141, 156, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 182, 184, 186, 187

serviço 13, 14, 16, 33, 50, 51, 52, 54, 61, 70, 73, 145, 173

serviços 13, 14, 15, 16, 20, 21, 31, 32, 33, 36, 37, 41, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 60, 61, 62, 66, 69, 70, 107, 113, 119, 128, 138, 139, 143, 144, 145, 149, 173, 178

setor educacional 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 129, 130, 131, 132

setor privado 27, 48, 66, 102, 112, 115, 172, 173, 175, 176, 184, 186, 187

sociedade 13, 18, 20, 22, 26, 36, 68, 69, 114, 115, 119, 137, 156, 173, 186

SOX 66, 67, 69, 70, 71, 72, 80, 81, 82

stakeholders 9, 48, 66, 67, 68, 80, 155

subvenção 172, 174, 183, 184, 186, 187

T

técnico 44, 53, 85, 90, 92, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 110, 111, 114, 115

tecnologias 15, 16, 30, 31, 32, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 129, 136, 137, 149, 150

tecnológica 29, 32, 35, 36, 37, 39, 41, 46, 187

terceirização 12, 13, 14, 18, 20, 26, 27

trabalho 9, 10, 12, 14, 15, 16, 19, 22, 26, 30, 32, 33, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 55, 61, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 120, 136, 142, 144, 147, 150, 155, 156, 158, 159, 167, 176, 182, 185, 186

transparência 12, 18, 20, 21, 25, 26, 27, 31, 41, 49, 51, 54, 55, 68, 118, 123

tributária 137, 138, 139, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 168

tributários 153, 154, 156, 162, 167, 186

V

visão 9, 13, 19, 20, 41, 43, 44, 94, 101, 116, 121, 123, 128, 149

